



OS REFLEXOS DA BIOPOLÍTICA FOUCAULTIANA NO RACISMO AMBIENTAL BRASILEIRO: uma análise do uso de agrotóxicos e da agricultura familiar

Ivy de Souza Abreu, Paulo Marcelo de Souza

No atual contexto político nacional (gestão federal 2019-2022), a temática ambiental tomou proporções negativamente relevantes, em especial, a liberação descomedida do uso de agrotóxicos, denotando questões profundas que carecem de discussão. É sobremaneira oportuno questionar criticamente, com base nos problemas socioambientais e na justiça ambiental brasileiras, a relação entre as estratégias biopolíticas capitalistas e sua influência no racismo ambiental, especialmente, no que se refere à liberação e ao uso de agrotóxicos à luz dos direitos fundamentais e da agricultura familiar. É imprescindível discutir o racismo ambiental e a efetivação dos direitos fundamentais enquanto contornos de proteção da pessoa humana e do ambiente. Também é necessário analisar a interferência dos reais fatores de poder da estrutura capitalista vigente nas atuais decisões governamentais em relação à liberação e ao uso excessivo de agrotóxicos no Brasil, sobretudo nos anos de 2019 e 2020. A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica com análise da literatura científica explicitada em livros, artigos científicos, dissertações, teses e legislação pertinente. No Brasil, verifica-se que o setor de produção de agrotóxicos almeja reduzir custos e aumentar os lucros, maximizando o uso de substâncias nocivas à saúde dos consumidores, dos trabalhadores e prejudiciais ao meio ambiente. Outrossim, o executivo federal brasileiro hodierno (2019-2022), contra o senso científico mundial, libera a utilização de agrotóxicos de modo exorbitante, incluindo, substâncias proibidas em outros países e constantes em listas internacionais de cancerígenos. As estratégias biopolíticas, relativas à utilização de agrotóxicos no Brasil, maximizam o racismo e a vulnerabilidade socioambientais, deteriorando os direitos fundamentais dos cidadãos, que ficam à mercê do poder econômico. A liberação imoderada e o uso excessivo de pesticidas, além da permissividade do poder público, não se coadunam com a efetivação dos direitos fundamentais, com a agricultura familiar e com a justiça ambiental. A permissividade do poder público quanto aos excessos no uso e na liberação de agrotóxicos denota a ingerência do poder econômico na não efetivação dos direitos fundamentais, explicitando as estratégias biopolíticas do capital, os conflitos de poder, maximizando o racismo ambiental e dificultando a concretização da justiça ambiental.

Palavras chave: racismo ambiental; agrotóxicos; biopolítica

*Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF
Fomento da bolsa: UENF-FAPERJ*